BOLETIM ECONÔMICO

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS
FILIADO AO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

NÚMERO 29
FEVEREIRO — 1944
RIO DE JANEIRO
(DISTRITO FEDERAL)
B R A S I L

BOLETIM ECONÔMICO

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPARTAMENTO DE ESTATISTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS
FILIADO AO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

NÚMERO 29
FEVEREIRO — 1944
RIO DE JANEIRO
(DISTRITO FEDERAL)
BRASIL

Publicação do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos da Direção Geral do Banco do Brasil S. A. (Caixa Postal 1.142, Rio de Janeiro, D. F.), exclusivamente com fins científicos, a título de documentação doutrinária ou objetiva em assuntos econômico-financeiros.

Os artigos traduzem invariàvelmente a opinião de seus autores, não a do Banco do Brasil S. A., que por êles não tem qualquer responsabilidade.

ÍNDICE

A FILIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS DA DIREÇÃO GERAL DO BANCO DO BRASIL S. A. AO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (*)

Realizou-se no dia 19 de novembro de 1943, no gabinete da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a solenidade de assinatura do têrmo de filiação do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil S. A. ao sistema estatístico nacional coordenado por aquela entidade.

Presentes o Sr. Marques dos Reis, Presidente do grande estabelecimento de crédito do país, bem como diretores e chefes de serviços, inclusive o Sr. Júlio de Matos, chefe do Departamento filiando e seus principais auxiliares, discursou o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto, que também se achava na companhia de membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística e seus colaboradores mais destacados.

O Presidente do I.B.G.E. manifestou a grande satisfação com que os responsáveis pela coordenação da estatística brasileira recebiam a valiosa cooperação — agora em novas, definitivas e mais amplas bases — do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil, cujas realizações técnicas salientou. Enalteceu a personalidade de jurista e financista do Sr. Marques dos Reis, assim como a operosidade e competência do Sr. Júlio de Matos.

Em agradecimento, discursou o Presidente do Banco do Brasil, pronunciando o seguinte improviso:

"Senhor Embaixador Macedo Soares:

V. Ex.ª, que me fez a honra e generosidade de ampliar através dos vidros magnificentes de sua bondade os meus fraquíssimos méritos, reconheceu, com justiça, o meu sentimento de probidade e dedicação ao serviço público.

(*) "Revista Brasileira de Estatística" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, n.º 16, outubro-dezembro de 1943.

V. Ex.ª, neste momento, assinala e acentua, fixando com palavras muito elevadas, o significado desta filiação do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil ao I.B.G.E.

Quero, entretanto, acentuar principalmente que esta filiação é apenas uma formalidade, para definir compromissos a que, de há muito, embora não filiado, o Banco do Brasil vem atendendo, pela sua noção de deveres para com o Brasil, para com a economia nacional e a organização modelar que é êste Instituto.

Posso asseverar, aliás, que o Banco do Brasil não seria admitido ao ato desta filiação, se não fôsse êle já afeito à honesta observância dos mandamentos da estatística.

Usando de velha frase, poderia lembrar que administrar sem estatística é navegar sem bússola. O Banco do Brasil está habituado a encontrar na estatística a sua bússola. O espírito público, que domina o funcionalismo do Banco, eleva os que o servem a mais do que simples bancários.

Verdadeiro sistema bancário que hoje é, êle tem a volúpia de prestar serviços, de aceitar todos os encargos que o Govêrno e a Nação lhe impõem. Continuaremos a observância exata e leal dos princípios cultuados nesta Casa.

Reconhecendo que esta filiação não assegura direitos, antes impõe deveres, afirmo que o Banco os aceita com ufania.

Animado pela consciência que êle tem tido das obrigações que lhe são impostas, tenho a certeza plena de que prosseguirá na perfeita compreensão de sua finalidade, e congratulo-me com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pela solenidade dêste momento."

Após os discursos, foi o têrmo de filiação, a cuja leitura havia procedido o Sr. Alberto Martins, diretor da Secretaria Geral do Instituto, assinado pelos dois presidentes e pelas demais personalidades.

Com a filiação do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobe a três o número de seções especializadas de órgãos autárquicos no sistema de repartições filiadas.

Foi o Departamento instituído em 29 de janeiro de 1931, como Sub-Seção do Banco do Brasil, ao tempo da presidência do Sr. Mário Brant. O primeiro chefe do serviço foi o Sr. Paulo Frederico de Magalhães. Dois anos depois, na presidência Sousa Costa, a Sub-Seção de Estatística viu-se elevada a Seção, categoria mantida na reforma realizada em 1936, pelo saudoso Sr. Leonardo Truda.

Em 1940, com a nomeação do Sr. Paulo Frederico de Magalhães para Chefe do Departamento de Contabilidade, foi designado para chefiar a Seção o Sr. Júlio de Matos, que, um ano mais tarde, era alvo

do seguinte elogio do Presidente do Banco: "Consigne-se na fé de ofício do Chefe de Seção Sr. Júlio de Matos o meu elogio pela eficiência e solicitude com que vem dirigindo a Seção de Estatística e Estudos Econômicos, da qual tem a Diretoria, e especialmente esta Presidência, recebido, com presteza e exatidão, valiosos e interessantes estudos e dados informativos, que bem demonstram a segura orientação que o referido funcionário vem imprimindo a êsse importante setor do Banco." Ao ser referendada essa honrosa nota pelos demais diretores da autarquia, o Sr. Vilobaldo Campos valeu-se da oportunidade para "ressaltar a ótima impressão que me têm causado os serviços pertinentes ao departamento em epígrafe, que vem preenchendo, com brilho, mercê da competência e dedicação de seu orientador — funcionário Sr. Júlio de Matos —, as elevadas finalidades para que foi criado."

Em 7 de junho de 1943, foi a Seção elevada à categoria de Departamento, sendo mantido na chefia o Sr. Júlio de Matos, cuja operosidade, competência técnica e espírito de cooperação já vinham sendo demonstrados nas relações entre o novo órgão filiado e o Instituto.

POSSUÍMOS TÔDAS AS CONDIÇÕES E ELEMENTOS PARA REALIZAR UM PROGRAMA DE EXPANSÃO DA RIQUEZA

MINISTRO ARTUR DE SOUSA COSTA (*)

Senhores:

Agradeço-vos o ensejo que me ofereceis dêstes momentos de convivência convosco. Ficai certos de que o título que me conferis, representa um galardão precioso para mim. Tornará ainda mais imperativo o compromisso que me impus a mim mesmo, de tudo empreender ao serviço dos interêsses da Pátria, no campo de atividades que me atribuiu o Govêrno da República.

Quase três quatriênios são decorridos depois que o Brasil, agitado por um largo e profundo movimento de idéias, o maior na história da República, assiste à remodelação operada em todos os quadrantes de sua existência, sob a inspiração construtiva do Presidente Getúlio Vargas.

Como fecho inquebrantável de tôda a sua obra aí temos, em plena eclosão de trabalhos magníficos, o problema da siderurgia seguramente solucionado.

Nesse problema culmina todo o esfôrço do Presidente Vargas, quer o situemos no ângulo das tenazes resistências opostas à solução conveniente aos interêsses da Pátria, quer o focalizemos sob o aspecto de descortino que caracteriza o modo de execução, e define o equilíbrio da fórmula encontrada para que, sem xenofobismo lamentável, sem olvidar as características nacionais do grande problema, tivéssemos podido resolver a incógnita que impossibilitava o advento da verdadeira siderurgia no decurso de tantos anos.

Uma Nação possuidora da amplitude que caracteriza o nosso território, da multiplicidade dos nossos recursos, mantidos até a época de hoje sob forma potencial, falharia injustificàvelmente à vocação do seu

(*) Discurso proferido por S. Ex.ª na Faculdade de Ciências Econômicas, de São Paulo, em 3 de novembro de 1943, por motivo da colação de grau de Doutor "Honoris Causa".

destino se esquecesse a verdade de que, na época moderna, nenhum povo pode ser política e econômicamente poderoso sem o arcabouço da grande indústria.

A siderurgia representa a ossatura, o esqueleto, a espinha dorsal dessa indústria. Sem grande siderurgia não existe nação industrial, sem indústria não se compreende uma potência militar. Já não se trata de um devaneio patriótico. Menos ainda de um sôpro de entusiasmo, sem contacto com a realidade das coisas, vivendo apenas o ambiente artificial tantas vezes gerado pelas teorias em suas manifestações puramente abstratas.

A siderurgia representa uma demonstração objetiva da capacidade da nação, colimando no aproveitamento da riqueza acumulada no seu sub-solo, para que não continue, como fôrça abandonada a atestar no silêncio da sua inércia a inaptidão dos homens e dos governos.

O plano que se vem executando em Volta Redonda e o aproveitamento do Vale do Rio Doce que se tornou possível com a assinatura do Acôrdo de Washington, de março de 1942, não constituem apenas exigência imediata que represente um sacrifício de caráter financeiro, mas uma série de problemas correlatos, que nós temos de vencer para realizarmos o nosso objetivo.

De par com êsse movimento inicial dado ao mais importante de nossos problemas econômicos, a ação do Govêrno se tem feito sentir nos demais setores da produção, enfrentando e resolvendo todos os problemas surgidos na economia do café, do algodão, da borracha, do carvão; no setor da marinha mercante e no do comércio exterior. A guerra, aumentando a complexidade dos encargos, trouxe a necessidade de um equipamento das fôrças de terra, mar e ar, de obras de defesa e de obras de expansão na produção de materiais essenciais à defesa dos nossos aliados.

Compreende-se, intuitivamente, a vastidão das possibilidades que o desenvolvimento simultâneo de tôdas as fontes de produção abre ao porvir da Pátria. E' admirável, no entanto, assinalar-se que, numa época ainda não compenetrada da fôrça de semelhante imperativo, já o Govêrno, desde 1930, havia esboçado as leis do país para essa realidade que o fragor dos acontecimentos posteriores viria projetar em maiores dimensões, como se fôsse um monumento construído de súbito com enormes blocos de granito.

Conseguimos, assim, precaver-nos em tempo contra os malefícios causados alhures, em tantas etapas da história dos povos, por falta de justos critérios na utilização social das riquezas que o trabalho e a inteligência do homem propulsionam.

À medida que os países enriquecem no surto vertiginoso do seu industrialismo, a comunidade dos homens se fragmenta, separados uns dos outros, em classes. Uns detêm nas mãos maior volume de riqueza; outros auferem remuneração estrita do trabalho com que impelem a marcha dessa mesma riqueza.

E' o velho problema gerado pelos antagonismos em que se vêem os felizes e os deserdados, cujos aspectos dolorosos suscitam teorias contraditórias, reações impregnadas de intuitos de vingança, ambições que não visam apenas reduzir as desigualdades humanas, mas desejam subverter a ordem dessas desigualdades, convertendo em espoliados do futuro os venturosos do presente.

Que lucra o equilíbrio da sociedade com isso? O que a civilização pode desejar, o que esperamos possa realizar-se no Brasil, o que se harmoniza com o nosso sentimento cristão, não é o antagonismo das classes, umas lutando implacàvelmente contra as outras, mas a atenuação dos desníveis sociais, porque a desigualdade nunca cessará de existir pela própria origem dos fatores naturais que a determinam. Atenuá-las, eis a palavra do bom senso, a fim de que a riqueza cumpra as responsabilidades decorrentes da sua própria formação.

A fortuna só tem o direito de existir quando ao serviço do bem estar do mundo. Não se impulsionam as atividades econômicas em busca de rendimentos espantosos, facilitados pelo aperfeiçoamento que a técnica assegura ao mecanismo, para que, no meio de tôda essa pletora de expansão material, a criatura humana se sinta cada vez mais desamparada, cada vez mais deserdada e infeliz.

A ação econômica e financeira, ajustando-se na sua execução à política geral do Govêrno, tem, assim, os seus objetivos imediatos e mediatos.

Visa, antes de tudo, a estrutura da economia nacional, buscando a sua direção em intuitos de ordem cooperativa, para que o desenvolvimento das riquezas assegure o máximo de felicidade possível a todos os brasileiros, sem distinção de classes nem de raças.

E' indiscutível que só a política de cooperação pode assegurar semelhante resultado, a todos se impondo, à guisa de mandamento dos deveres morais que constituem a própria base da civilização.

A política tributária, buscando os recursos para fazer face a tôdas as necessidades do Govêrno, no plano social, no plano econômico, no plano militar, inspira-se nos mesmos princípios. Basta lançar os olhos sôbre os quadros estatísticos no que diz respeito à discriminação da Receita, segundo os seus títulos fundamentais, para ver-se como se acelera a expansão dos tributos diretos, as mercadorias de consumo.

Revelam as cifras que, no biênio de 1941 a 1942, a arrecadação do imposto de renda cresceu de 84 %. Igualmente mostram as cifras quanto se amplia o número de contribuintes dêsse imposto, como na receita obtida tendem a participar as camadas superiores da sociedade.

O imposto de renda constitue um instrumento de justiça social. A sua origem reflete essa finalidade.

Quando os sistemas tributários foram evoluindo na taxação de bens de consumo para a incidência na riqueza, na sua forma de rendimento e de capital, a sociedade era prêsa de uma espécie de revolvimento de sua constituição econômica. A fortuna mobiliária, exponenciada hoje,

muito mais do que no passado, em títulos que formam a subsistência das atividades bolsistas, ia ultrapassando no ritmo de seu crescimento o surto do valor imobiliário. Isso corresponde a dizer que os lucros do organismo social se acumulam preferentemente nas mãos dos que dirigem as atividades industriais.

O fenômeno repercute na orientação da política tributária. Vemos como êle está atuando na vida do Brasil, fazendo com que já em 1942, para citar apenas um exemplo, os recursos provenientes do imposto de renda representem a segunda parcela do total da receita arrecadada. Se não há exemplo na história tributária do país, de uma evolução que se processasse tão acentuadamente quanto a que se opera no imposto de renda, podemos, sem receio, predizer que essa realidade será muito mais eloqüente ainda nos anos próximos. A reforma empreendida agora, para execução no exercício de 1944, vai mostrar até onde o surto do industrialismo brasileiro determinará uma verdadeira revolução nos métodos tributários do país. Ela ratifica a orientação do Govêrno quando acresce as taxas tão só aos possuidores de renda líquida anual superior a Cr$ 200.000,00 e ainda assim de forma transitória, mediante adicionais a vigorar apenas por dois anos.

O direito de abater encargos de família relativos à espôsa e filhos menores ou inválidos, filhas solteiras ou viúvas sem arrimo, passou de Cr$ 6.000,00 e Cr$ 3.000,00, respectivamente, para Cr$ 8.000,00 e Cr$ 4.000,00.

Não obstante assim, as prementes necessidades de recursos com que luta o Tesouro, a nova lei não se afasta do princípio geral e reduz o ônus tributário que incide sôbre as classes de renda pequena. Sòmente no Distrito Federal, eleva-se a mais de 35.000 o número de pequenos contribuintes que se beneficiam com tais disposições.

Assim, se no domínio da política social o Brasil oferece ao mundo inteiro um exemplo ímpar de solução rápida e de solução pacífica, evitando as crises e os atritos gerados pelo antagonismo das classes, no tocante aos impostos poderemos ultrapassar amanhã a própria marcha evolutiva dos povos, cujos regimes tributários se baseiam profundamente na taxação dos rendimentos, na tendência para o alívio dos ônus fiscais que pesam sôbre os produtos indispensáveis à vida e à preservação do nível de subsistência das classes que vivem do seu trabalho.

Eis o aspecto sintomático da política do Brasil, praticada depois de 1930. Construção de uma economia próspera, baseada na sua diversidade e na sua magnitude, porém essencialmente condicionada ao fenômeno de não agravar as desigualdades de classe, de não suscitar lutas sociais, conseqüência inelutável de uma situação econômica definida pelo propósito de avolumar a riqueza dos ricos e de reduzir os meios de vida das classes pobres da sociedade.

As doutrinas econômicas, dentro de sua vida relativamente breve, vêm sendo construídas com o objetivo de justificar a realidade ou de explicar as reações sociais que essa realidade provoca, assistindo o

mundo, conforme assinalam Gide e Rist, à evolução das teorias mais variadas, resultantes das causas econômicas da guerra, tentando-se o rejuvenescimento de velhas idéias nominalistas em matéria de moeda, provocando-se críticas novas a respeito do papel econômico do Estado, avançando-se, mesmo, aos mais estravagantes exageros do nacionalismo econômico.

No prefácio do seu conhecido livro, êsses mestres criticam a afirmativa de que as doutrinas e os sistemas não crescem senão como reflexos das circunstâncias econômicas. Referem que a história da evolução da propriedade, ou dos regimes de salário, se revela tão instrutiva quanto a história das controvérsias acêrca da natureza do direito da propriedade e da lei do fundo de salário.

E' incontestável a influência que o meio econômico exerce sôbre o campo das teorias, porque dêle provêm as reflexões e os materiais indispensáveis à fundamentação lógica das doutrinas.

Assim, por vezes os problemas variam segundo as épocas e de conformidade com as circunstâncias próprias de cada país, características de determinadas situações. Eis porque a situação econômica da Inglaterra, no começo do século XIX, orientou o pensamento ricardiano — para a questão da renda da terra e para o problema da emissão dos bilhetes bancários.

Sem o advento do mecanismo e sem o desenvolvimento da grande indústria e do proletariado, sem a multiplicação das crises, talvez nem as doutrinas de Sismondi, nem as de Karl Marx houvessem encontrado razão de existir. Não bastam, entretanto, os fatos para explicar a origem de qualquer doutrina, principalmente aquelas que se caracterizam pelo seu sentido de pura interpretação científica.

Se as idéias fôssem determinadas sòmente pelo tempo e pelo meio, como explicar que o mesmo ambiente e a mesma época pudessem dar origem, simultâneamente, a doutrinas não só heterogêneas, mas antagônicas, como as de Jean Baptiste Say, de Sismondi, de Bastiat, de Proudhon, de Marx, de Henry George? A que circunstâncias poderia ser ligado o nascimento do método matemático de Cournot ou a descoberta, em três ou quatro países ao mesmo tempo, da teoria da utilidade final?

E' de Cournot o conceito segundo o qual a ação dos economistas, em face do curso dos acontecimentos, não é mais eficiente do que a dos gramáticos no tocante à evolução da língua.

Como desconhecer, todavia, o influxo do socialismo de Estado relativamente à legislação operária?

Sabemos que as duas doutrinas típicas — o individualismo e o socialismo — surgiram no século XIX. E' de Charles Gide e de Charles Rist o plano que divide a história das doutrinas econômicas em cinco épocas fundamentais. (*) A primeira abrange o fim do século XVIII e

(*) "Histoire des Doctrines Economiques" — 1926. Prefácio, pág. XII.

o comêço do século XIX: é a fase dos fundadores da economia política, em todo o seu vigor clássico, com os fisiocratas, com Adam Smith e Jean Baptiste Say, seguidos por Malthus e Ricardo, com a sua inquietante visão da ordem natural. Compreende a segunda época a metade do século XIX: é a chamada dos adversários; adversários do classicismo econômico. Sismondi, Saint Simon; os socialistas Proudhon e Frederico List, êste último o arquiteto do protecionismo moderno, o precursor da estruturação da economia norte-americana, o teorista do nacionalismo econômico germânico.

A terceira época está ainda situada no meio do século XIX, quando se assiste ao apogeu do liberalismo vitorioso, no enfrentar os ataques que lhe foram desferidos, ainda que fazendo algumas concessões. Fato, porém, é que as suas grandes leis tomam forma definitiva à mesma época, embora sob dois aspectos diferentes — na Inglaterra, com Stuart Mill, na França, com Bastiat.

Abre-se, então, a segunda metade do século XIX. Dominam os cismas sob quatro prismas diferentes: o do método na escola histórica, o prisma da política social do socialismo do Estado, o prisma da concepção científica no marxismo, o prisma da inspiração moral no cristianismo social.

Nasce, a seguir, a quinta época da história das doutrinas econômicas, no fim do século XIX, já no pórtico do século XX. E' o período das doutrinas recentes, das teorias hedonísticas, das teorias da renda, que representam uma revisão das doutrinas clássicas; do solidarismo, que tenta lançar uma ponte de conciliação entre o individualismo e o socialismo; do anarquismo, a que conduz a exasperação das tendências liberais do homem.

Tôdas as teorias têm procurado fundamentar, especulativamente, a evolução da economia, promovendo a sua justificação de um ponto de vista ideal.

Falando em meio de homens que se preparam, pelo estudo, para a orientação das grandes tarefas da vida, viso, com êsse retrospecto, apenas mostrar que doutrina alguma consegue oferecer ao gênero humano a chave do problema de sua própria felicidade, quando o homem está desgovernado por ambições sem limites, na eterna luta que situa o indivíduo entre preocupações, ideais e ambições que satisfazem os sentidos, mas não tranqüilizam o espírito.

Nas polêmicas suscitadas pela diversidade das teorias econômicas, esquecem os doutrinadores, quase sempre, uma coisa substancial: a natureza humana, com as suas tendências morais, as suas influências psicológicas, as suas razões pessoais.

Assinalou Sismondi que existem outras fôrças em ação, além do desejo do lucro. São os sentimentos do homem, forjando a fôrça dos costumes, a despeito de esquecerem os economistas, freqüentemente, que os homens não constituem apenas máquinas de produção ou de consumo.

A experiência acumulada em tempos idos, e a lição que nos proporciona a atualidade atordoante que estamos vivendo, sugerem a reflexão de que há problemas urgentes, não políticos, no sentido restrito da palavra, mas econômicos e sociais, que o Estado moderno se vê compelido a encarar, sob pena de tornar mais incertas as perspectivas do futuro.

Sendo exato que a vida humana assenta no princípio da desigualdade, isso não liberta o Estado do dever de procurar atenuar os efeitos dessa dificuldade.

A luta contra o predomínio dos monopólios e dos privilégios tem de temperar a verdadeira democracia, capacitando-a para o desempenho das melhores tarefas que a própria evolução da vida moderna impõe aos responsáveis pela gestão dos interêsses coletivos.

Urge que se ofereçam corretivos eficazes contra tôdas as formas de exploração que o livre jôgo das fôrças naturais determina, sujeitando os mais fracos à escravidão econômica imposta pelos mais fortes. Não há dúvida que a mola real do comércio é a iniciativa privada, mas isso não exclue o princípio de que a liberdade de iniciativa envolve responsabilidades de ordem coletiva.

Devemos envidar todos os esforços no sentido de que o Brasil se organize de maneira a acompanhar a evolução dos acontecimentos, não diremos incorporando-se, possìvelmente, ao rumo dêsses acontecimentos, mas a êles se ajustando com inteligência, sem necessidade de adaptações violentas ou improvisadas.

Dentro desta ordem de idéias, devem ser atribuídos a todos os brasileiros os meios que possibilitem a cada um atingir, o mais ràpidamente possível, a plenitude do seu destino, de modo que a nossa Pátria escreva, na história do Mundo, um capítulo da conciliação das classes, baseado em fundamentos sociais. Para isso a economia deve ser dirigida de maneira a atender aos interêsses da comunidade, se desejamos evitar que seu desenvolvimento e a sua expansão se processem de modo a beneficiar determinados grupos ou fortalecer determinadas unidades regionais, com prejuízo das massas e do equilíbrio federativo do país.

Desde que a riqueza se desenvolva com espírito de justiça, evitando-se o predomínio de grupos ou zonas, proporcionando-se capacidade aquisitiva a todos os brasileiros, seremos uma fôrça e um exemplo — uma fôrça de homogeneidade e um exemplo de justiça — em meio de um mundo tumultuado pelos interêsses, pelo choque de preocupações nacionalistas, pelas ambições de imperialismo que negam a determinados povos a liberdade que reivindicam para si mesmos.

Possuímos tôdas as condições e elementos para realizar um programa de expansão da riqueza, condicionado ao princípio da distribuição dos benefícios sociais dessa mesma riqueza. Temos diante de nós a imensa perspectiva do mercado interno, cada vez maior, assegurando-nos um porvir magnífico, desde que não nos deslumbremos apenas com o sentido material das cousas, mas compreendamos que, à

falta de uma distribuição equitativa, a riqueza se converte numa espoliação, capaz de explodir em movimentos reivindicadores tão extremos quanto o ponto oposto para que evoluiríamos, se quiséssemos apenas ser opulentos sem ser justos e humanos.

A política financeira que vimos executando precisa ser vista e compreendida como parte dessa política geral, e sòmente assim ela pode merecer os elogios que me fizestes, guindando-me à honra de merecer o título que hoje me conferis e que eu recebo como o mais poderoso estímulo que me poderia ser dado para trabalhar pelo Brasil, tanto do ponto de vista da preservação de sua unidade política, quanto sob o aspecto de sua expansão econômica, fazendo de nossa Pátria um vasto cenário, no qual se torne possível a felicidade de todos os que nela nasceram e nela trabalham movidos pelo desejo de engrandecê-la cada vez mais.

A ORIENTAÇÃO DOS ESTUDOS ECONÔMICOS (*)

PROF. PAUL HUGON

"Nous devenons d'autant plus maîtres de notre destinée que nous démélons plus exactement les attaches mutuelles des choses". — H. TAINE (*Essai de critique et d'histoire*)

A orientação dos estudos econômicos nos parece dever responder a uma dupla preocupação:

— a de seu desenvolvimento;

— a de sua "purificação".

A. — *Seu desenvolvimento* em primeiro lugar.

Os estudos econômicos devem ser desenvolvidos porque a importância dos problemas da economia na época atual é desproporcionada em relação aos fracos meios de que dispomos para os estudar.

A importância dos problemas econômicos não precisa ser salientada em uma comunicação que se dirige aos Membros do Congresso de Economia. Basta relembrar o que a êste respeito escrevia, há 60 anos atrás, Yves Guyot:

> "Após a questão da saúde, nenhuma outra preocupava tanto cada um de nós quanto o problema econômico. Ela é o alfa e ômega da maioria de nossas ações. Todo o mundo fala dêle, como fala da medicina. A seu respeito fazem-se advertências, formulam-se opiniões e se emitem juízos mais ou menos motivados. Muitos, é necessário dizer, repetem frases feitas, não têm um único fato em apôio de seus julgamentos, tomam para realidade suas concepções subjetivas, e assim informados, indicam como remédios para males mais ou menos

(*) "Jornal do Commercio", Distrito Federal, 16 de janeiro de 1944.

reais, mais ou menos imaginários, tóxicos de que a maioria, em muitas ocasiões, já experimentou a capacidade nociva."

O autor da "Ciência Econômica" assinala, sem rodeios, tôdas as vezes, a importância primordial das questões econômicas e a ausência, muitas vezes total, dos conhecimentos de seus contemporâneos a êste respeito.

Sem dúvida, as coisas mudaram um pouco depois disso; o ponto de vista econômico não cessou de se ampliar e se tomou consciência, cada vez mais sèriamente, da utilidade dos estudos da Economia Política. O que não variou, entretanto, foi que as mais estridentes vozes em nosso domínio nem sempre são as mais competentes, nem as menos desinteressadas.

Ora, numa sociedade em que o Econômico é predominante e em que a boa solução de seus problemas é uma das condições do progresso material, moral e intelectual, é mais necessário que nunca formar espíritos capazes de os examinar com os conhecimentos e a atitude científica convenientes.

Esta necessidade de hoje será ainda mais a de amanhã; a Paz do mundo colocará, antes de tudo, o problema econômico da sua reconstrução.

E', pois, supérfluo, aqui mesmo, insistir na necessidade de orientar os estudos de Economia no sentido de seu desenvolvimento, mas, ao contrário, é indispensável precisar que não se trata de continuá-lo em um sentido qualquer. Não se trata de multiplicar os ensinamentos de Economia ao acaso da criação de cursos universitários ou extra-universitários, porque agindo assim, sem plano de conjunto preestabelecido e sem princípios de orientação, iremos contra o progresso real do conhecimento econômico.

B. — *A "purificação" dos estudos de Economia.*

Tal conhecimento — por ter caracteres próprios e por apresentar sérias dificuldades — requer que seu desenvolvimento seja conduzido em função de uma dupla "purificação".

Convém, primeiro, especializar o estudo dos problemas econômicos, o que não pode ser obtido senão tornando-o *independente*, quer dizer, separando-o das outras ciências, entre as quais a Economia vem sendo ensinada como disciplina auxiliar e não principal.

Convém, em seguida, completar esta "purificação" externa por outra interna, não menos importante: no interior dos estudos de Economia, é preciso separar com nitidez o que é do domíniio da ciência econômica do que pertence à política econômica. E' preciso rejeitar impiedosamente tudo o que é política econômica e consagrar-se exclusivamente ao desenvolvimento do estudo da *ciência econômica "stricto sensu"*.

Graças a estas duas condições é que o desenvolvimento dos estudos conseguirá seu fim, a saber: *A formação de "espíritos econômicos" aptos*

— fora e acima de tôda preocupação política — a constatar os fatos, analisá-los e explicar-lhes os encadeamentos.

1. — A *"purificação externa"* dos estudos de Economia: *sua especialização.*

Convém, primeiro, separar o ensino de Economia do das outras ciências sociais.

A Economia Política, sem nenhuma dúvida, pertence ao grupo das ciências sociais, mas tem seu objeto e métodos próprios e envolve um conjunto de conhecimentos cujo número e dificuldade bastam para reclamar do estudante, durante vários anos, sua assiduidade, atenção e inteligência.

a) — *O estudo da Economia tem seu domínio determinado.*

Sem dúvida, o objeto da Economia Política no passado deu lugar a numerosas discussões e ainda hoje elas não terminaram totalmente.

Tais discussões geraram confusão em tôrno de uma definição precisa do objeto da Economia Política e obstaram a delimitação incontestada do domínio dos estudos pertinentes a ela. Longe de nos espantarmos com estas controvérsias, é necessário admití-las como inevitáveis para nossa ciência, como para qualquer outra: uma ciência não pode se definir senão após sua constituição e, além disso, a delimitação de seu objeto, em relação a das outras ciências vizinhas, levanta discussões, tanto maiores quanto mais forte parece sua vitalidade e sua potência.

O que é necessário, a fim de pôr têrmo a estas discussões — muitas vezès alimentadas pelos adversários ou pelos ignorantes de nossa disciplina — é precisar, cada vez que se fizer necessário, o que não mais é discutível e o que permite delimitar, em suas grandes linhas, o objeto e o domínio do estudo de Economia.

A Economia Política tem um objeto que lhe é próprio:

Lembremos primeiro que a atividade econômica foi mal definida pelos fundadores da nossa ciência e que este êrro inicial foi uma das razões principais das confusões a que seu objeto se prestou. Smith assinalava-lhe o fim de "fornecer receitas práticas com a finalidade de enriquecer ao mesmo tempo o povo e o soberano"; Ricardo e Malthus insistiram, acrescentando que êste enriquecimento consistia no aumento dos recursos puramente materiais. O ponto de partida era falso. Repousava num êrro fundamental sôbre a noção de produtividade.

Mas o êrro não mais existe, depois que os neoclássicos, no último quarto do século passado, alargaram, como convinha, esta noção de produtividade que é o fundamento de uma justa concepção de Economia.

A atividade humana repousa na noção de raridade subjetiva e, como tal, ela é produtiva na medida em que age para satisfazer uma necessidade, seja qual fôr sua natureza.

Produzir não é sòmente um ato de transformação da matéria; é um ato de criação de utilidades individuais e coletivas.

A atividade econômica ficou pois ligada, de então por diante, a noções-chave da raridade-subjetiva, que implica a observação de uma

realidade incontestável, a saber, que o homem dispõe de *meios* (objetos materiais, fôrças produtivas) e de *tempo* em quantidade limitada para obter a satisfação de suas *necessidades* (infinitas em número e em requintes).

A Economia Política aparece então essencialmente como ciência das "escolhas" e seu objeto é a pesquisa da utilização dos meios para obter a satisfação máxima das necessidades.

Esta utilização, que repousa em escolhas e opções, se realiza por *atos de troca* pelos quais o homem cede o que possue, em troca do que deseja. São êstes atos de troca que estabelecem, segundo a correta expressão do Prof. Gaetan Pirou, a "ponte entre a produção das riquezas e a satisfação das necessidades".

A êste caráter fundamental e interno que define o objeto da atividade econômica pela escolha e a troca, junta-se um caráter que repousa no laço externo, que une as manifestações da atividade econômica: "a onerosidade", o custo, que se exprime na noção de preço.

A formação dos preços dos bens e dos serviços econômicos, suas relações e funções — manifestações extremas da escolha e da troca onerosas —, eis o objeto do estudo da Economia.

Resumamos estas poucas noções e digamos que a atividade econômica se extende a todos os *atos de troca* cujo fim é a organização *onerosa* do mundo exterior pelo homem. Esta organização está condicionada pela raridade dos meios de que o homem dispõe para satisfazer suas necessidades.

Esta definição de Economia Política como ciência das trocas onerosas — definição sôbre a qual o acôrdo quase unânime se realizou — repousa em fatos sociais fáceis de discernir e permite assim delimitar com precisão o objeto do estudo de Economia em relação ao das outras ciências.

A Economia Política tem um método próprio: a seu objeto próprio corresponde igualmente um método que lhe é particular.

Para o *estudo dos quadros* da vida econômica — a descrição das suas instituições, dos seus organismos — variáveis conforme os países e as épocas, ela usa o método *positivo*, tal como Claude Bernard o definiu. E a estatística, cada dia mais aperfeiçoada e mais utilizável, tornou-se-lhe cada vez mais indispensável. Graças a ela, graças ao método das co-variações, ela isola com uma precisão crescente as relações de causalidade que transformam o próprio caráter da ciência econômica, permitindo-lhe atingir um grau de exatidão cada vez maior.

Para o *estudo do funcionamento* da vida econômica, para o estudo do mecanismo das trocas e da formação dos preços, como também para a explicação sintética da atividade econômica, ela usa largamente o método abstrato.

Método eclético, portanto, e difícil de adquirir, que obriga o economista, para a explicação dos fatos, a usar da abstração e, para a análise da realidade, a se servir ao mesmo tempo da introspecção, da obser-

vação direta e da documentação, o todo sòlidamente fundado em uma lógica rigorosa.

Em síntese, a ciência econômica tem seu objeto preciso e seu método particular. Há dois séculos ela provocou estudos e pesquisas contínuas que conduziram à elaboração de um conjunto já importante de constatações e de explicações particulares e gerais.

Podemos nós recusar-lhe, nestas condições, o direito a um estudo especial e independente ?

b) — *A Economia Política é estudada a título acessório e não principal:*

Até agora, ainda que êstes fatos sejam conhecidos e ainda que não cessemos de fazer o panegírico da utilidade do desenvolvimento do estudo de Economia a todo o instante, seus conhecimentos não são ministrados senão no quadro de outros ensinamentos gerais. E se, por exceção, encontram-se organismos que se consagram aos estudos de Economia, esta especialização é mais formal que real, ou de uma qualidade que não atinge senão de longe um suficiente grau científico.

Sem entrar no detalhe desta orientação *dependente* dos estudos de Economia, lembremo-nos que na maioria das vezes, na maioria dos países, é a propósito de ensino jurídico, sociológico ou técnico que se aprende Economia.

As Faculdades de Direito dão a seus estudantes conhecimentos de Economia que são objeto, conforme os casos, de cursos repartidos por um ou dois anos.

Êstes conhecimentos são na verdade indispensáveis para a compreensão e a realização dos problemas jurídicos que os futuros magistrados e advogados irão resolver. Para o economista, não é menos evidente que a freqüência aos cursos jurídicos é necessária: êle não pode ignorar a organização jurídica da produção, menos que a dos poderes públicos, dos quais êle deverá conhecer múltiplas intervenções na vida econômica.

Mas o estudo de Economia no quadro das Faculdades de Direito fica subordinado ao jurídico; êste é principal, aquêle é secundário. Por isso mesmo o estudo de Economia é sacrificado:

Sacrificado porque não dispõe de tempo necessário para cursos suficientemente numerosos e aprofundados, sacrificado porque não tem à sua disposição os instrumentos e os centros de documentação indispensáveis, sacrificado porque os estudantes não têm a formação adequada para o conhecimento de Economia: falta-lhes na maioria das vezes, em particular, a formação matemática.

Assim subordinado ao predomínio do jurídico, o conhecimento de Economia sai dêle não sòmente muito incompleto mas ainda deformado: o espírito jurídico o conduz a prestar uma atenção exagerada ao exame dos quadros da vida econômica, especialmente às instituições.

Nas Faculdades de Letras, ou nos Institutos de Sociologia, mesmo nas Faculdades de Ciências Sociais, sua sorte não é mais feliz.

O estudo da Economia permanece sempre como o de uma ciência auxiliar, mas é levado a novas deformações não menos graves. A especialidade do fenômeno econômico é negligenciada em benefício do fenômeno sociológico. A economia positiva e aplicada é então desenvolvida quase exclusivamente. (E', em particular, o que se passa nìtidamente nas excelentes Universidades de Manchester e de Liverpool: nesta última, a Economia Política faz parte de um conjunto de estudos importantes da "School of Social Science and Administration".)

No quadro das *Escolas Politécnicas* e dos Estabelecimentos destinados à formação de engenheiros, a Economia Política, sempre reduzida a modestas dimensões de ciência indicativa, é exposta parcialmente, em certos de seus aspectos — economia dos transportes, por exemplo — e sempre deformada pela posição e papel dominante dados ao instrumento matemático. Esta é a fonte mais freqüente de excessos em nossa disciplina que conduzem, sem grande proveito científico, a substituir a realidade científica por uma fórmula ou uma figura com a qual ela se assemelha mais ou menos.

Nas Escolas Superiores de Administração, onde se procura assegurar a formação técnica dos futuros funcionários, a Economia Política tem seu lugar ainda entre as matérias acessórias, porém seu ensino é visto apenas sob um aspecto mais profissional que científico.

Em todos êstes casos, vemos que a Economia Política não é estudada senão a título complementar e que não é possível fazer-se dela o objeto de um estudo teórico e prático aprofundado correspondente a sua importância, a dificuldade de sua técnica e a seus caracteres científicos.

Entretanto, é incontestável que a ciência econômica necessita, não só para o conhecimento de suas matérias principais quanto para o de seu método delicado, de um ensino cuja preparação requer a completa atividade do estudante durante vários anos.

Por conseguinte é necessário orientar os estudos de Economia sob a forma de um ensino independente, organizado em função do objeto e do método da própria ciência econômica.

Evidentemente, convém não cair no êrro oposto ao que se quer corrigir.

Orientar o estudo da Economia em um quadro independente quer dizer que ela tem direito a uma especialização científica, que merece ser estudada, durante vários anos, como principal. Mas isto não quer dizer que seria necessário eliminar de seu campo de estudos o conhecimento geral das ciências afins, a ela necessárias.

Não poderemos esquecer que a Economia Política é ciência social: seu estudo não pode pois ser isolado do das disciplinas conexas que a completam e que a influenciam. A Sociologia Geral, a História, a Geografia Humana e Econômica, etc., são outros tantos ensinamentos de que não se pode privar o estudante de Economia. Mas estas ciências devem ser ensinadas em função de seu estudo. O esquema da orien-

tação atual deve ser invertido: a Economia Política tornar-se-á o estudo principal; as outras ciências serão ensinadas como complemento, na medida em que servem à formação econômica.

Eis pois o sentido desta primeira orientação que deve tender a uma "purificação" externa do estudo de Economia. Sua realização, para ser fecunda, deve ser acompanhada de uma segunda purificação de ordem interna, tendente ao estudo da ciência econômica, com exclusão de tôdas as questões de política econômica.

2. — *A "purificação interna" dos estudos de economia: Seu caráter científico.*

Se admitirmos que é necessário consagrar à Economia um ensino autônomo, convém ainda entrarmos em acôrdo sôbre o que é necessário entender por "estudos de Economia". E' o propósito dêste segundo princípio de orientação que nos propomos indicar: o estudo especializado de Economia Política deve dizer respeito *exclusivamente à ciência econômica "stricto sensu".*

Expliquemo-nos.

Sob a rubrica "ciências econômicas" há tendência em incluir o estudo das mais diversas questões referentes aos problemas econômicos e nêles misturar, à vontade, os problemas científicos aos de política econômica.

Ora, se houve um progresso importante em nosso domínio, foi bem o que se deve aos hedonistas e a Léon Walras em particular, consistente em ter distinguido — o que se tornou clássico — a ciência econômica, de um lado, e arte econômica, de outro.

A ciência econômica compreende a Economia pura e aplicada (diremos ainda, o que vem a dar no mesmo, a teoria econômica e suas aplicações); a arte econômica (que chamamos tambem política econômica) é o domínio da escolha do fim a atingir e das práticas a seguir, para um fim determinado, dos dados da ciência econômica.

A política econômica — ou arte econômica — é extra-científica. Está portanto fora do domínio da ciência econômica.

E' preciso não deixar a menor dúvida sôbre esta divisão essencial: ela domina a orientação dos estudos de Economia; dirige o próprio progresso da ciência econômica a que nos apegamos.

A ciência econômica tem por fim *observar* a realidade econômica e procurar *explicá-la* destacando as uniformidades que ligam os fatos ou os grupos de fatos. Seu fim é pois descrever os fenômenos e tentar explicá-los.

Tomemos um exemplo: o salário é um fenômeno econômico e, como tal, seu estudo interessa à ciência econômica. O economista, no quadro do estudo científico observará as formas e as variações dos salários segundo as épocas e os países; depois procurará separar dêstes fatos as relações de concordância contínua; depois enfim — apoiando-se nas

observações concretas e dados teóricos da formação dos preços, dados que a economia pura lhe forneceu — ensaiará estabelecer as leis explicativas da fixação e das variações da taxa de salários.

Êste é seu papel. Êle constata e explica.

Mas não lhe cabe saltar o fôsso que separa a ciência e política, ciência e arte. Êle não se preocupará com "fins em si" nem discutir-lhe-á o valor ou a justiça.

O Estado, conforme as circunstâncias, decide modificar a organização da sociedade com o objetivo de obter maior justiça social, ou então favorecer mais o interêsse individualista, ou ainda dar prioridade ao desenvolvimento nacional; o economista, no quadro de seu papel científico, não fará apreciação. Êle deve considerar êsses fins visados pela política como simples *fatos*; êle deve observá-los e explicá-los como dados comuns dos quais procurará descrever as causas e os efeitos.

Uma política de alta de salários, por exemplo, foi adotada pelo Estado com o fim de estimular o consumo e a Economia Nacional? A tarefa do economista é então:

— indicar os elementos que tornam esta política *conciliável* ou não com o fim visado e constatar se o meio é *favorável* ou não ao fim que se quer atingir (estudo dos laços que existem entre os preços dos bens e dos diferentes rendimentos — entre a alta dos salários, o aumento do consumo, o aumento da procura particular e geral — estudo analítico e crítico das experiências já tentadas de política de alta dos salários, etc.);

— sua tarefa é também examinar se o meio utilizado *é possível* empregar na época e no país considerados. (A indústria nacional poderá suportar uma alta de seus preços de custo; além disso, o consumidor poderá suportar a alta dos preços de venda, de onde o estudo particular da elasticidade da procura, da situação dos rendimentos em questão, etc.)

Assim compreendida, o papel da ciência econômica é limitado: ela indica aos particulares e aos homens públicos os limites que sua atividade não poderá ultrapassar sem se chocar contra as reações da realidade econômica; cabe-lhe fornecer-lhes os elementos que lhes permitem resolver os problemas econômicos da adaptação dos meios aos fins.

Tal é estritamente o domínio da ciência econômica e — não menos estritamente — é sôbre êste domínio, já muito vasto, que os estudos de Economia devem se processar.

Ficando assim nestes limites, a ciência econômica, longe de abdicar, reforça sua posição e melhor se coloca para progredir e com maior utilidade servir os interêsses gerais da civilização.

Permanecendo dentro dêstes limites, o estudo da Economia, longe de se restringir, ganhará em profundidade o que possa perder em extensão.

Além do mais, o que talvez seja o essencial, esta delimitação do ensino das questões de ciência econômica é a única capaz, cremos nós,

de criar no estudante um estado de espírito suscetível de abordar com sucesso as dificuldades que os problemas econômicos apresentam.

A formação de um "espírito econômico" em nossos estudantes é fundamental; ela condiciona os resultados do ensino em foco bem como os progressos e a própria utilidade da ciência econômica.

O que se deve entender por "espírito econômico":

E', primeiro, um espírito dotado de qualidades de *paciência* e de *discernimento* na análise. E' um espírito dotado do *sentido do relativo* e sabendo-se colocar a igual distância de um excesso de racionalismo e de um excesso de historismo.

E' sobretudo um espírito *rigorosamente objetivo,* capaz, por conseguinte, de observar e interpretar os fatos com toda sinceridade científica, o que não pode ser obtido senão pelo hábito sistemático de tratar todo problema econômico fora de toda a preocupação, paixão e interêsse.

Tais são, sem dúvida, as qualidades do próprio espírito científico. Mas é certo que êste estado de espírito é mais difícil de adquirir nas ciências sociais que nas ciências naturais, porque os problemas das nossas disciplinas se situam onde as paixões, interêsses e pré-juízos de tôda a espécie circulam livremente.

E, se êste espírito é mais difícil de conseguir — e de conservar — em Economia Política, mais que em qualquer outra ciência, *êle é necessário.*

Êle é necessário porque a Economia Política é uma ciência inacessível à *experiência provocada;* a análise deve pois se fazer em condições difíceis e — seja qual fôr o apôio dos instrumentos estatísticos — seu valor depende, em grande parte, do coeficiente pessoal de quem a realiza.

A observação é difícil, não sòmente porque não pode ser repetida em condições idênticas, mas também em razão da *complexidade* particular ao fenômeno econômico.

O fenômeno econômico é complexo *por sua própria natureza,* porque contém, mesclados a elementos concretos, fatores de ordem psicológica.

E' complexo também porque os fatos econômicos são muito numerosos e não cessam de aumentar. E, ao mesmo tempo que em nossa época se opera a multiplicação impressionante dêstes fatos — fatos isolados, sistemas, experiências, etc., — sua interpenetração, sua ramificação com os outros fatos sociais tornam-se cada vez mais estreitos e entrosados.

Esta complexidade da vida econômica exige pois uma análise e uma interpretação sempre mais penetrante, mais precisa e mais completa.

Êste "espírito econômico", capaz de discernimento e senso crítico, é, enfim, tanto mais indispensável quanto, à complexidade da atividade econômica, vem se mesclar, e além do mais, cada vez mais ensurdecedoramente, os "rumores da praça pública". As experiências políticas

mais diversas, há mais de vinte anos, procuram justificar seus voluntarismos econômicos em nome das leis da Economia Política, quando estas leis lhes convêm, apressando-se em condená-las, no dia seguinte, se elas impedem seus propósitos.

Por tôdas estas razões o fato econômico torna-se difícil de apreender, difícil de isolar, difícil de desemaranhá-lo da publicidade em tôrno de si, difícil — em uma palavra — de observar cientìficamente.

Estas dificuldades tornam o estudo da Economia particularmente árduo e delicado.

Elas não podem ser superadas senão quando o ensino dá ao estudante, com um conhecimento sério e profundo dêstes problemas, êste "espírito econômico", único que pode lhe permitir esta observação *exata* e *indiferente* dos fatos econômicos e a evidenciação das influências reais que os determinam.

Assim é que o ensino da Economia atingirá seu fim; não encher jovens cérebros de fórmulas feitas e doutrinas preconcebidas, mas desenvolver inteligências susceptíveis de se moverem com liberdade e presteza neste mundo econômico complexo e abstrato.

Em consequência, assim é que êste ensino, aproveitável para o estudante, se-lo-á também para a própria ciência econômica, que ficará assim "purificada" — submetida a um estudo *complexo* e *sem paixão* — e progredirá mais rápida e substancialmente.

Êstes progressos são indispensáveis. Permitirão à Ciência Econômica exercer seu papel com uma eficácia sempre crescente, para maior benefício do mundo pacífico, cuja organização econômica é a obra do porvir.